

Discurso na solenidade de entrega da medalha de platina ao Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla, e de apresentação dos Oficiais-Generais recém-promovidos

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE AGOSTO DE 2000

Senhor Vice-Presidente, Doutor Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado, Senhores Comandantes das Forças; Senhores Ministros do Superior Tribunal Militar; Senhores Oficiais-Generais promovidos; Senhores Oficiais; Senhoras e Senhores,

Início esta saudação cumprimentando muito efusivamente o Brigadeiro Sérgio Ferolla e cada um dos Oficiais-Generais que aqui foram, hoje, promovidos. E quero, nesta oportunidade, reafirmar, com orgulho, a minha participação, como Comandante Supremo, na renovação contínua dos escalões superiores das Forças Armadas e minha satisfação de poder compartilhar a alegria deste momento com os Senhores e com seus familiares e amigos.

Sei que este encontro é sempre um marco da vida profissional, uma vida dedicada à carreira, e representa, também, o revigoramento que é necessário à continuidade e à solidez das nossas instituições militares.

Neste mundo, em que as transformações acontecem numa velocidade extraordinária, aproximando, cada vez mais, o futuro do pre-

sente, o Brasil tem o privilégio de contar com instituições conscientes de seus deveres e das prioridades requeridas pela Nação, o que nos permite enfrentar o dia de amanhã com serenidade.

O Brasil, naturalmente, não está alheio a este quadro de mudanças. Nós todos estamos mudando, e mudando para melhor. Evidentemente, hoje seria até impensável imaginar que foi possível viver com uma inflação de 30, 40 e até 80% ao mês. É claro que, para conseguir uma alteração nessa situação, que durou décadas, isso teve e tem um custo. Logicamente, este custo recai sobre a sociedade, sobre todos nós.

Não obstante, como tive a oportunidade de mostrar recentemente, no BNDES – e, oportunamente, quando deverei me dirigir aos militares aqui de Brasília, poderei também reiterar o que disse lá – o custo desse esforço nosso tem sido menor do que o custo no qual incorreram outros países que passaram por processos semelhantes, sejam os processos inflacionários, sejam os processos de desvalorização da moeda, como conseqüência de crises internacionais.

Na comparação, por exemplo, do Brasil com a Indonésia, com o México, com as Filipinas, com a Coréia do Sul, que passaram por situação semelhante, não é difícil mostrar que a reação da sociedade brasileira foi mais pronta e que a recuperação tem vindo com mais força.

Mas é claro que isso tudo tem um custo, como eu disse, e nós temos que encará-lo como um esforço necessário para que possamos entrar, como estamos entrando, num novo ciclo de desenvolvimento baseado em condições mais saudáveis e, portanto, que possa abrir-se todo um círculo virtuoso. Tomara Deus, não tenhamos que voltar a ter momentos de tanta incerteza, como tivemos, tanto na inflação quanto nos processos de desvalorização.

Para isso, tivemos que tomar medidas duras, algumas das quais têm repercussão perene como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não foi feita de improviso. Foi uma lei que requereu um debate amplo com os parlamentares, foi posta na Internet. Ela recebeu mais de 5 mil sugestões, discutimos com os Governadores, e ela aí está.

Apesar disso, continuamos a ver que outras medidas precisam ser tomadas. Basta ter assistido, como eu assisti ontem, aos debates no Senado da República, sobre esse infausto acontecimento no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, para perceber que os controles são praticamente inexistentes. É mesmo escandaloso, eu diria, assistir ao desperdício de dinheiro público, sem que haja quem responda institucionalmente por ele. Não quero me antecipar, mas o Governo tomará outras medidas e fará algumas sugestões brevemente, para que possamos ter ainda maior controle desses episódios.

Mas o fato é que, a despeito de todas as dificuldades, estamos levando adiante alguns programas importantes para o Brasil. Talvez aquele que, no meu modo de entender, seja o que mais nos toca, porque deita raízes para um futuro melhor para todos os brasileiros, é o esforço que está sendo feito na área da educação.

Na área da educação, como repito sempre, passamos de uma situação em que, no começo da década, nós tínhamos 18% de crianças fora da escola e conseguimos chegar ao nível de 4% de crianças fora da escola, no Ensino Fundamental.

Isso não quer dizer que os problemas estejam resolvidos. Temos que olhar, em seguida, para a pré-escola. Isso não quer dizer, tampouco, que com isso se alcance, já, um patamar de tranquilidade porque, ao promover maciçamente a educação de base, criamos necessidades normais, no ensino secundário. E, como eu também tenho repetido, nos próximos três a quatro anos vamos ter que criar 10 milhões de vagas nas escolas secundárias do Brasil. Para criar 10 milhões de vagas nas escolas secundárias do Brasil, os governos estaduais, sobretudo os das regiões mais pobres, terão que fazer um esforço adicional. O Governo Federal, naturalmente, se sente na obrigação e na responsabilidade de ajudar nesse esforço.

E, assim como fizemos o Fundef, que foi o fundo que permitiu essa expansão no ensino primário, agora, na última reunião que tive com os Governadores, o lançamento de um programa de recuperação das áreas mais pobres do Brasil – que vem sendo chamado com nome de remédio, IDH-14 – nesse programa, o Governo Federal se dispôs a

complementar os governos de 14 estados para que eles possam abrir escolas no nível secundário, para que as crianças possam, naturalmente, ascender a níveis melhores de instrução. O esforço é grande. Esse IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano. E tomamos todos os estados que estavam abaixo da média nacional. Nesses estados, estamos, então, fazendo um esforço muito grande, como disse, na educação, ampliando até a educação secundária, mas também na saúde.

E na saúde o esforço é imenso. A saúde continua gastando entre 45% e 47% de todos os recursos disponíveis do Governo. Devo dizer que os recursos disponíveis do Governo são pequenos. Ainda há pouco, lançava, mais uma vez, com certa tristeza, os meus olhos sobre os números do País. E se vê que o disponível da União para os gastos correntes da União é ao redor de 40 bilhões – para um Orçamento de quase 200 bilhões, porque o resto continua indo para pessoal, para pensões, para benefícios, para transferências constitucionais e para, enfim, despesas que são obrigatórias e o que sobra é ao redor de 40 bilhões. Desses, os gastos com a saúde, neste ano, são da ordem de 19 bilhões. Portanto, quase a metade do disponível vai para a saúde. Se acrescentarmos que para a educação há um adicional de 5 ou 6 bilhões, vê-se que esses dois itens consomem uma quantidade enorme de recursos e insuficiente para as necessidades.

Não obstante, conseguimos baixar aquele indicador que é o mais sensível na área da saúde, que é a mortalidade infantil. E é difícil de baixar, a partir de certo nível, e já direi por quê. Conseguimos baixar de 48 por mil, no início da década, de crianças que morrem, para 36 por mil. E esse índice ainda é elevado. Certamente, em muitas regiões do Brasil é mais baixo do que isso. A média engana, porque em muitas regiões ele é muito elevado. E o que é mais constrangedor e confrangedor é verificar que há limites da ação do próprio Ministério da Saúde, porque quando se chega a um certo nível de eficácia – e os programas do Comunidade Solidária e os programas relativos a agentes de saúde, médicos de família, têm tido eficácia – se esbarra em um problema de mais profundidade, que é a falta de saneamento básico. E, para que se possa reduzir ainda mais a mortalidade infantil, vai ser necessário des-

tinhar mais recursos e tempo, para que se possa alterar a questão do saneamento básico.

Eu queria também, antes de falar sobre assuntos relativos à defesa, dizer, nessa mesma ordem de preocupação, que constituímos, agora, recentemente, um conjunto de fundos que são muito importantes para a área de desenvolvimento científico e tecnológico. O Brasil dispõe de um sistema de ciência e tecnologia. Temos o nosso CNPq, temos a Capes, temos a Fapesp e muitas outras instituições estaduais. Todas elas são destinadas ao fomento da ciência e da pesquisa e da tecnologia também. E esse conjunto responde já, efetivamente, por um certo avanço na produção científica e na produção tecnológica.

Recentemente, ao agraciar os nossos cientistas com uma medalha, eu disse que o curioso é que o CNPq foi fundado no Brasil em 1951, mesma data em que se fundou o National Science Foundation, nos Estados Unidos, e o Centre National de la Recherche Scientifique, da França. Não estávamos atrasados nessa matéria e continuamos, hoje, avançando. Esse sistema deve ter distribuído, no último ano, cerca de 60 a 70 mil bolsas de doutorado, de mestrado, de iniciação científica. Então, esse sistema garante uma certa fluidez na nossa produção científica e tecnológica.

Mas, agora, é preciso dar um passo mais ousado. E nós demos esse passo. Em cada uma das áreas privatizadas, em algumas outras mais também, constituímos um fundo de desenvolvimento científico e tecnológico. Um deles já está funcionando, com certo vigor, que é o fundo na área de petróleo.

Este ano, as empresas que estão explorando petróleo, inclusive a Petrobras, contribuíram para este fundo com cerca de 160 milhões de reais. Nós já criamos mais quatro ou cinco fundos adicionais, um na área de telefonia, outro na área de águas, e assim vai. Criaremos, ao todo, oito. O Congresso já aprovou quatro ou cinco mais. Já devemos ter cinco ou seis em funcionamento. No ano que vem, devemos ter uns oito fundos desses em funcionamento.

Em cada um dos setores de atividade econômica rentável, eles estão pagando uma taxa, uma contribuição para o desenvolvimento

científico. De tal maneira que, a partir do ano que vem, já vamos poder contar com recursos que vão se aproximando, ao longo desses dois anos, de cerca de 1 bilhão de reais. E esse recurso não é orçamentário. Esse recurso não é para substituir verbas do Orçamento. É para que cientistas, empresas, universidades, enfim, vários órgãos, possam apresentar projetos que vão ser julgados, pela comunidade científica, e serão financiados. Vinte por cento desses recursos, entretanto, terão uma destinação específica: eles irão para as universidades, para reforçar a infra-estrutura básica de apoio à ciência e à tecnologia. E, diga-se de passagem, nada impede que a pesquisa científica feita pelas Forças Armadas participe, também, desses fundos, e apresente seus programas, seus projetos de desenvolvimento junto a esses fundos.

De toda maneira, eu queria apenas lhes dizer que nós estamos, a despeito das dificuldades com as quais iniciei essa minha saudação, levando adiante os programas, que são programas reestruturadores do País.

Ora, ao falar de programas reestruturadores do País, eu não poderia deixar de falar especificamente das questões de defesa. Nós temos feito um esforço grande – e tem tido até a minha ação direta e pessoal – no que diz respeito, sobretudo, à área da Amazônia. E toda a gente assistiu ao que foi a luta para a implantação – o que está sendo – do Sivam–Sipam, as dificuldades que nós tivemos, no passado, para a consolidação desse projeto, que é essencial para não apenas a proteção do nosso espaço aéreo mas, também, para o desenvolvimento da área amazônica, porque tem múltiplas aplicações, em termos de clima, em termos de geologia, em termos de muitas variáveis que são importantes para o desenvolvimento daquela região. E nós estamos assistindo a uma presença cada vez mais forte das nossas Forças Armadas, no caso da Aeronáutica, sempre junto com a sociedade civil, na formação dessa infra-estrutura, com radares móveis, com radares fixos, com sistema de coleta de dados, com aeronaves de vigilância, com sensoramento, de tal maneira que possamos ter um controle mais adequado daquela região.

Espero que, já a partir de meados de 2001, tenhamos a primeira aeronave-radar já entregue. Faço empenho em terminar esse programa até o fim do meu mandato. Portanto, com todas as dificuldades, vamos nos empenhar a fundo, para que o projeto Sivam–Sipam esteja lá, instalado, na Amazônia. Creio que é um projeto que tem uma importância muito grande.

Com isso, não quero dizer que não existam outras questões importantes. Recentemente, baixei uma diretriz presidencial, para permitir o reequipamento de setores das nossas Forças Armadas, tanto a Aeronáutica, quanto a Marinha e o Exército. Imagino que, no decorrer dos dois anos e meio de mandato, nós tenhamos a capacidade de assistir, já, ao começo dessa renovação, que é importante porque sabemos das necessidades que existem nas nossas Forças Armadas. Quanto à Marinha, estamos dando um passo importante na questão da troca do porta-aviões. E, no caso da Aeronáutica, temos todo um planejamento de substituição progressiva das nossas aeronaves. Imagino que, neste momento, o Ministério da Defesa esteja se orientando nessa direção e se concentrando na definição dos rumos para que possamos levar adiante essas transformações, da mesma maneira como no que diz respeito ao nosso Exército, onde há deficiências notórias, em certas áreas, que precisam ser sanadas. E os passos estão sendo dados nessa direção.

Sei que, além do mais, há uma apreensão correta e normal no que diz respeito à questão da revisão salarial. Da mesma forma, estamos – e não é para postergar, mas é para buscar mecanismos que nos permitam verificar de onde tirar recursos – discutindo essa questão com mais profundidade. E espero poder avançar mais. E, assim como disse que quero deixar implantado o projeto Sivam–Sipam e a reestruturação de equipamentos de vários setores, não quero deixar o Comando Supremo das Forças Armadas sem ter tido o gosto de poder dizer que ajudei o Brasil a fazer com que aqueles que trabalham nas Forças Armadas tenham uma remuneração condigna. Embora não possa prometer o que não tenho na mão, posso prometer o meu empenho e posso lhes dizer que não descansarei antes de conseguir equacionar, de uma maneira que nos dê um horizonte de maior tranquilidade, essa questão tão sensível.

Enfim, não quero me alongar mais, até porque quero deixar para falar com mais detalhes sobre alguns dos temas nacionais no encontro que teremos ainda agora, creio que no dia 22, aqui em Brasília. Mas queria aproveitar, como faço sempre nessa oportunidade, ao saudá-los, para também fazer algumas referências, como acabo de fazer, a temas que são centrais.

Quero reiterar o que disse ao Brigadeiro Ferolla, aqui, baixinho. Foi, para mim, uma satisfação muito grande poder colocar no peito do Brigadeiro Ferolla esta medalha, que corresponde a cinquenta anos de bons serviços prestados à Pátria. E quem conhece o que fez o Brigadeiro Ferolla em termos da redefinição da nossa Força Aérea, o esforço que fez para o desenvolvimento científico e tecnológico, sabe que as minhas palavras não são vazias, mas são plenas de significado e que, exatamente como chamei a atenção para a importância do desenvolvimento científico e tecnológico, é uma honra para mim também poder passar às suas mãos essa condecoração.

E aos novos Oficiais-Generais que foram hoje promovidos e vêm com suas esposas e seus familiares, tenho a certeza de que seguirão no caminho, que é da tradição das nossas Forças Armadas, de bem servir ao País. Espero que esta promoção, sobretudo para os que são Generais-de-Brigada, que ainda têm mais alguns postos a galgar, seja apenas um começo, para que, no fim, possam um dia estar aqui, junto do Alto Comando. Aí, já estarei longe. Mas estarei aplaudindo da mesma maneira e com o mesmo entusiasmo a dedicação dos nossos oficiais das Forças Armadas.

Muito obrigado aos Senhores e às Senhoras.